

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar**

**Período de Análise: 01/09/2012 a 30/09/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

## Índice

Em Pernambuco, agricultora rural reestrutura produção por meio do PBSM. Site do MDA. 03/09/2012 .....	3
Em Manaus, Pepe anuncia Plano Safra e incentivos para a agricultura familiar amazonense. Site do MDA. 03/09/2012 .....	4
Plano Safra: MDA destina mais de R\$ 161 milhões a Alagoas. Site do MDA. 04/09/2012 .....	5
"Mais Alimentos" deve alcançar R\$ 3,5 bilhões. Carine Ferreira – Valor Econômico. 05/09/2012 .....	7
Garantia Safra vai beneficiar mais de 605 mil agricultores familiares em setembro. Site do MDA. 05/09/2012 .....	8
Recurso de crédito do Pronaf à agricultura familiar é o maior já anunciado pelo MDA. Site do MDA. 05/09/2012.....	9
PGPAF de setembro assegura desconto para 14 produtos. Site do MDA. 11/09/2012.....	10
Acompanhamento técnico amplia acesso ao Microcrédito Rural em Sergipe. Site do MDA. 14/09/2012 .....	11
Atingidos pela estiagem na Região Sul já podem acessar crédito especial. Site do MDA. 14/09/2012 .....	13
Agricultores familiares de São Paulo terão acesso a R\$ 970 milhões do Plano Safra. Site do MDA. 20/09/2012 .....	14
Pepe anuncia cerca de R\$ 1 bilhão para agricultura familiar paulista. Site do MDA. 21/09/2012 .....	16
DF recebe mais de R\$ 61 milhões do Plano Safra da Agricultura Familiar. Site do MDA. 25/09/2012 .....	17
Governo e movimentos sociais finalizam propostas de melhoria para o Crédito Fundiário. Site do MDA. 26/09/2012.....	19

## **Em Pernambuco, agricultora rural reestrutura produção por meio do PBSM. Site do MDA. 03/09/2012**

Desde que nasceu, a agricultora Maria Silva Leite, 38 anos, vive no mesmo sítio no município de Ouricuri (PE). A aproximadamente 700 quilômetros da capital pernambucana, a propriedade hoje é mantida por ela, o marido e os três filhos do casal. O sustento da família vinha da comercialização do feijão e do milho que plantavam e vendiam na cidade. Mas, há algum tempo, a falta de chuva na região alterou o planejamento da família. Habitantes do sertão pernambucano, eles passaram a conviver com períodos de seca mais intensos e, por sua vez, de plantio mais escasso.

“Agora não estamos vendendo nada porque não chove desde o começo do ano e não tivemos como plantar. Quando chove, a gente planta e vende. Quando não chove, dependemos somente do Bolsa Família”, conta Maria Leite. E foi a partir desse benefício do governo federal, que transfere renda direta para as famílias em situação de pobreza extrema em todo o País, que a agricultora familiar foi inserida em outra iniciativa pública: o Programa de Fomento às Atividades Rurais. Executado conjuntamente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a ação é desenvolvida dentro do Plano Brasil Sem Miséria.

Instituída pela Lei nº 12.512 e regulamentada pelo Decreto nº 7.644, ambos de 2011, a política foi implementada para custear a estruturação produtiva das famílias do campo com renda per capita até R\$ 70. Somente no primeiro semestre de funcionamento, o programa atendeu até julho 11.825 famílias com esse perfil. O financiamento da produção é feito por meio do repasse de R\$ 2,4 mil para cada núcleo familiar. O valor é dividido em três parcelas – a primeira de R\$ 1 mil e as outras duas de R\$ 700, depositadas em até dois anos.

Selecionada pela busca ativa do MDA, a agricultora Maria Leite recebeu a primeira parcela em junho. Ao contrário do que fez a vida toda, ela decidiu investir o dinheiro em outro segmento. Cansada de ter sua plantação condicionada ao clima e às chuvas inconstantes na região, a família decidiu criar ovinos para corte. “Comprei seis ovelhas e um reprodutor. Sempre tive vontade de criar, mas não tinha condições de comprar. Aí, apareceu o benefício e eu pude investir”, afirma.

### **Escolha consciente**

A escolha levou em conta a resistência dos animais às condições ambientais e climáticas do sertão e a demanda mais independente de manejo e mão de obra. Outro fator observado foi a comercialização dos produtos plantados no sítio. Quando cultivados, o milho e o feijão são vendidos na feira da cidade. Sem carro próprio para percorrer os dez quilômetros de distância até a zona urbana de Ouricuri, as idas para o comércio são feitas em um carro particular, que faz lotação na estrada. Para ir e voltar, Maria Leite paga R\$ 8. O valor tem impacto direto no lucro das vendas da família. “Vou à cidade uma vez por mês, porque não temos dinheiro para ir toda semana”, explica a produtora.

Para efetivar sua participação no programa de fomento, Maria Leite precisou fazer um projeto de estruturação para sua propriedade, que especificasse todas as ações que ela

pretendia executar com o dinheiro do benefício. Nesse processo, ela contou com a ajuda e orientação de um profissional especializado em prestar assistência técnica e extensão rural (Ater) às famílias agricultoras. Esse técnico atende as famílias do programa por meio das chamadas públicas de Ater do MDA. Em concordância com o diagnóstico e a construção da proposta, Maria Leite assinou um termo de adesão, onde se comprometeu a cumprir as ações previstas no projeto.

Também com o recurso da primeira parcela a produtora comprou o milho moído e o farelo de trigo que são usados na alimentação do rebanho. Maria Leite pretende vender os animais para o corte assim que a criação estiver um pouco maior. A venda será feita no próprio município onde reside. Segundo ela, Ouricuri oferece espaço para esse tipo de comércio.

Em um futuro próximo, a produtora acredita que a principal renda da família virá da comercialização desses animais. “Quando for mais para a frente e o criatório estiver maior, poderemos nos alimentar e vender para fora. Se não fosse esse programa, eu continuaria com a vida difícil de sempre. Estou muito satisfeita com minha criação”, finaliza

---

### **Em Manaus, Pepe anuncia Plano Safra e incentivos para a agricultura familiar amazonense. Site do MDA. 03/09/2012**

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, apresentou, na manhã desta segunda-feira (3), no auditório do Palácio do Governo, em Manaus, o Plano Safra para a Agricultura Familiar 2012/2013 destinado ao Amazonas. São mais de R\$ 135 milhões em crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e programas de compras institucionais para o setor no estado. Os governos federal e estadual assinaram um acordo de cooperação para a execução das ações. “Essa parceria é fundamental para o desenvolvimento desta região tão importante para o nosso País”, afirmou Pepe.

Somente pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o MDA estima a liberação de R\$ 100 milhões em crédito para financiamento de investimento e custeio nas propriedades agrícolas amazonenses. Para os serviços de Ater serão cerca de R\$ 12 milhões. Já os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (Pnae) devem comprar aproximadamente R\$ 24 milhões diretamente dos agricultores familiares.

Além dos recursos para o Amazonas, Pepe Vargas apresentou as mudanças do Plano Safra 2012/2013 e destacou a ampliação dos recursos do Pronaf para a agricultura familiar nos últimos anos, um aumento de 400% da safra de 2002/2003 para a atual. “Naquela época o volume era de R\$ 3,9 bilhões. Nesta safra são R\$ 18 bilhões para todo o País. O que mostra o compromisso do governo federal com a agricultura familiar brasileira”, destacou o ministro.

### **Regularização Fundiária**

Por meio do Programa Terra Legal, foi feita a entrega de dois títulos de terra a famílias de trabalhadores do campo. A ação simbólica representou a regularização fundiária de 130 propriedades rurais amazonenses. “Nós queremos mostrar que o programa não está

parado. O Estado brasileiro começa a recuperar uma dívida muito antiga que tem com essas pessoas”, frisou Pepe. Segundo ele, até o fim deste ano, serão entregues, pelo Programa Terra Legal e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), três mil títulos a famílias de agricultores do estado.

O casal amazonense Ricardo Santos de Sousa, 66 anos, e Arlete Santos de Sousa, 67, conquistou, após anos de espera, o título definitivo do terreno de 3,7 hectares, no município de Iranduba, onde vivem e cultivam frutas. “Essa conquista significa uma vida, agora temos um pedacinho de terra para deixar para os nossos filhos e netos. É nosso, inviolável, ninguém mais tira. Graças a Deus”, comentou, emocionado, Ricardo.

Outro casal beneficiado com a titulação durante a cerimônia foi Bibiana Pinto Nunes e Domingos Ribeiro Nunes, moradores da Comunidade do Januári, também no município de Iranduba. Como representante dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura, a presidente da Fetagri estadual, Izete Rabelo, destacou a importância da titulação. “Ter o título da terra é como um tesouro para o produtor rural. É um documento que dá condições para o agricultor tirar financiamento, investir na propriedade e permanecer no campo”, explicou.

“Fico muito emocionado ao poder participar da entrega de um título de propriedade a uma família de produtores que esperou tanto, às vezes uma vida toda, por este momento”, comentou o governador Omar Aziz. O chefe do executivo local agradeceu a visita do ministro ao estado e afirmou que o governo estadual também tem criado mecanismos para fortalecer a agricultura familiar no Amazonas.

#### Mutirão de documentação

Durante o evento, a dona de casa Ketlen Dias, 20 anos, recebeu do ministro Pepe Vargas a carteira de trabalho produzida na unidade móvel que ficou estacionada no Palácio do Governo do Amazonas durante esta segunda-feira. “Nunca tive emprego registrado. Agora, pretendo procurar um para ajudar a criar os meus dois filhos”, comemorou a jovem. “A documentação é um direito básico à cidadania”, comentou o ministro Pepe Vargas.

A ação faz parte do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) que consiste na emissão gratuita de documentos civis, fiscais, jurídicos e trabalhistas para as trabalhadoras rurais.

No estado do Amazonas, foram realizados de 2004 a 2012, o total de 41 mutirões em 44 municípios com o atendimento de 15 mil mulheres e a emissão de aproximadamente 30 mil documentos. Para este ano, ainda estão previstos no Amazonas mutirões de documentação em Anori, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, Manaquiri e Autazes.

---

#### **Plano Safra: MDA destina mais de R\$ 161 milhões a Alagoas. Site do MDA. 04/09/2012**

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) prevê injetar mais de R\$ 161 milhões na agricultura familiar de Alagoas na safra 2012/2013, que começou em julho. O valor está previsto no Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013, que será

lançado, pelo secretário de Agricultura Familiar, Laudemir Müller, representando o ministro Pepe Vargas em Maceió, capital do estado, nesta quarta-feira, 5 de setembro.

A expectativa do MDA é aplicar, em Alagoas, R\$ 120 milhões por meio das diversas linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Desse total, R\$ 90 milhões deverão ser aplicados para a realização de investimentos nas propriedades dos agricultores familiares, enquanto R\$ 30 milhões serão disponibilizados para o custeio da produção. A previsão é de que sejam efetivados no estado 15 mil contratos do Pronaf nesta atual safra.

Desde 2002, até o ano passado, o ministério destinou mais de R\$ 735 milhões em crédito do Pronaf para Alagoas. O financiamento é crucial para o desenvolvimento dos produtores, argumenta o delegado federal do MDA no estado, Gilberto Coutinho Freire. “O crédito é muito importante aqui, pois a agricultura familiar está ganhando cada vez mais espaço no estado”, pontua. Dados do último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a agricultura familiar representa 91% dos estabelecimentos agropecuários do estado.

#### Assistência técnica e sustentabilidade

Além do crédito, os produtores familiares alagoanos terão mais de R\$ 13 milhões na atual safra para financiar serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater). Parte desse valor será destinada às famílias que vivem na extrema pobreza – com renda mensal até R\$ 70 per capita – e são atendidas pelo Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o MDA presta assistência a essas famílias na estruturação de seus projetos produtivos, além de fornecer sementes de feijão, milho e hortaliças e dar fomento não reembolsável de R\$ 2,4 mil para investimento e custeio.

O Plano Safra nacional instituiu este ano que todos os novos contratos de Ater deverão prezar, além do aumento da produção e renda das famílias, pelo respeito ao meio ambiente e sustentabilidade dos empreendimentos familiares. Isso se dará pela busca, nos projetos, do uso racional do solo e da água e da menor utilização de agrotóxicos.

#### Seca

Outra grande fonte de recursos com a qual os produtores alagoanos poderão contar é o Garantia-Safra. O fundo tem como objetivo garantir a renda dos agricultores cujos municípios tiveram perdas superiores a 50% da produção devido a fatores como seca ou enchentes. Como a região do semiárido nordestino vem passando por uma das piores secas das últimas décadas, o MDA reservou R\$ 10 milhões para Alagoas nesta safra. “Esse recurso é essencial. Os programas sociais dão suporte ao agricultor. Temos que garantir a manutenção da estrutura de produção da agricultura familiar, e o Garantia-Safra assegura que o produtor passe o período de dificuldade e retome sua produção. Ele propicia ainda que não haja migração do campo para a cidade”, ressalta Freire.

#### Compras garantidas

O delegado do MDA em Alagoas chama a atenção ainda para os programas de garantia de compras dos produtos da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Freire informa que, no próximo mês, haverá uma chamada pública do Pnae para que as escolas públicas de Maceió comprem produtos da agricultura familiar. “Acredito que essa chamada deva mais que dobrar as compras do Pnae no estado, pois Maceió concentra cerca de um terço da população de Alagoas”, analisa Freire.

A previsão é de que, na atual safra, sejam investidos mais de R\$ 17 milhões do Pnae nas compras de produtores familiares do estado. O programa prevê que 30% dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para compras da merende escolar sejam destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar.

#### Agricultura familiar em Alagoas

Alagoas possui 111.751 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 91% do total de estabelecimentos rurais do estado. Mais de 326 mil pessoas trabalham no setor em Alagoas, o que representa 72% da mão de obra ocupada no meio rural. Os agricultores familiares são responsáveis por 97% da produção estadual de arroz em casca, 92% da produção de feijão e mandioca, 88% do milho em grão, 69% do café, 50% do leite e 52% da criação de aves.

---

#### **"Mais Alimentos" deve alcançar R\$ 3,5 bilhões. Carine Ferreira – Valor Econômico. 05/09/2012**

*Viana Leite: expectativa de expansão do programa para o Norte e Nordeste*

O Mais Alimentos, linha de crédito que financia investimentos para a modernização das propriedades rurais familiares, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, deve atingir contratações de R\$ 3,5 bilhões no ano-safra 2012/13, que se encerra em junho do próximo ano. A estimativa é do coordenador do programa, Marco Antonio Viana Leite.

As expectativas foram revisadas e, segundo Viana Leite, o desempenho registrado no ciclo 2011/12 surpreendeu ao registrar crescimento das contratações em 4,9% sobre o período anterior, para R\$ 3,12 bilhões (levantamento preliminar).

Praticamente todos os Estados apresentaram crescimento no número de contratos desde o ciclo 2008/09, quando teve início o programa, de acordo com Viana Leite. "Caso a agricultura continue avançando, a gente vai ter a possibilidade de estabilizar vendas em torno de R\$ 3 bilhões por ano", prevê.

O coordenador do Mais Alimentos acredita que o programa continuará a ter expansão nos próximos três anos em várias regiões do país, especialmente Norte e Nordeste. Segundo ele, com base em estudo realizado pela Esalq (Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"), existem 31 milhões de terras agricultáveis nas duas regiões.

Um levantamento feito no Rio Grande do Sul, o Estado que mais aplicou recursos do programa no primeiro ano do Mais Alimentos, apontou que em 2008/09, 76% do valor

financiado correspondia a tratores. Em 2011/12 (números ainda não consolidados), o percentual para o produto recuou para 36%, enquanto houve aumento para outros produtos: 11% para colheitadeiras e 21% para máquinas e implementos.

Duas portarias para regularizar o Mais Alimentos e a vertente internacional do programa devem ser publicadas até o fim da próxima semana. A portaria sobre o Mais Alimentos Internacional deve regulamentar a formação de preço e a habilitação das empresas participantes no programa. Efetivamente nenhuma máquina foi exportada para os países que já firmaram acordo com o Brasil. Mas a expectativa é que até o fim do ano comecem os embarques.

---

### **Garantia Safra vai beneficiar mais de 605 mil agricultores familiares em setembro. Site do MDA. 05/09/2012**

Mais de 605 mil agricultores familiares de 736 municípios brasileiros receberão em setembro uma das cinco parcelas do pagamento do Programa Garantia Safra. A autorização da transferência do recurso foi publicada pela Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), no Diário Oficial da União desta terça-feira, 4.

Do montante total de agricultores, 95.633 receberão neste mês a primeira parcela do programa. Eles estão localizados em 187 municípios diferentes. No valor total de R\$ 680, o recurso é dividido em cinco parcelas e beneficia os agricultores que tiveram perda constatada de, no mínimo, 50% na safra 2011/2012, em decorrência da seca. Os demais agricultores receberão o pagamento referente à segunda, terceira e quarta parcelas.

“Neste ano, antecipamos o processo de verificação de perdas e de pagamento. Com esses recursos os agricultores têm mais condições de minimizar os efeitos da estiagem que, infelizmente, é muito severa. Estamos dando continuidade ao pagamento do benefício do Garantia Safra que, até agosto passado, já havia contemplado mais de 500 mil agricultores do semiárido”, ressalta o secretário da SAF/MDA, Laudemir André Müller.

O dinheiro depositado das parcelas mensais do Garantia Safra será feito nas mesmas datas definidas pelos calendários de pagamentos dos benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

Integrante do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Garantia Safra atende agricultores com renda até um salário mínimo e meio, que sejam residentes em municípios na Região Nordeste, norte do Espírito Santo e norte de Minas Gerais, além do Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

Os recursos disponibilizados pelo seguro são provenientes do Fundo Garantia Safra, formado por contribuições da União, estados, municípios e agricultores familiares. Para receber o recurso, é necessário que os pagamentos dos aportes estaduais e municipais estejam em dia, as prefeituras tenham feito solicitação de vistoria, indicado técnicos vistoriadores para a SAF/MDA e seja comprovada perda de, no mínimo, 50% no município.



Os agricultores que aderirem ao seguro nos municípios em que forem detectadas perdas da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho ou outras atividades agrícolas receberão a indenização do programa diretamente do governo federal.

#### Quarta folha de pagamento

Em 2012, a primeira folha do pagamento do Garantia Safra foi divulgada em junho e atendeu 76.028 agricultores de 111 municípios da Bahia e de Minas Gerais. A segunda folha foi publicada em julho, com 157.071 agricultores de 155 municípios de sete estados. Em agosto, o programa beneficiou 276.752 agricultores de 283 municípios.

#### Aperfeiçoamento para a próxima safra

Ainda sobre o Garantia Safra, o secretário Laudemir Müller adianta que o programa está sendo aperfeiçoado para a próxima safra. “Estamos em um processo de readequação e aperfeiçoamento do programa. Já na próxima safra teremos um aumento no valor do benefício e das cotas. Certamente, com essa ampliação, teremos, também, um aumento no número de municípios participantes. Por isso, é importante que os agricultores do semiárido já entrem em contato com a prefeitura de seu município e com o seu sindicato, para formalizarem a adesão ao programa”, conclui.

Os detalhes sobre o aperfeiçoamento do Garantia Safra serão estabelecidos em portaria específica, que deve ser publicada nos próximos meses.

---

#### **Recurso de crédito do Pronaf à agricultura familiar é o maior já anunciado pelo MDA. Site do MDA. 05/09/2012**

O montante de R\$ 18 bilhões previsto para as operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), incluído nos R\$ 22,3 bilhões em recursos do Plano Safra 2012/2013, é o maior já anunciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Somente nos últimos dez anos, desde a safra 2002/2003, no início do governo do presidente Lula, o Pronaf evoluiu mais de 400% - passando da safra 2002/2003 de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 18 bilhões.

“Os recursos vão ampliar a capacidade de investimentos dos agricultores familiares, o que também contribui para o aumento da produção de alimentos no País e a geração de renda dos trabalhadores rurais”, afirma, confiante, o titular da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), Laudemir Müller. Na avaliação do secretário, o crédito rural é importante porque contribui para a reestruturação da infraestrutura das unidades produtivas da agricultura familiar. O dinheiro do crédito rural do Pronaf é utilizado para o custeio das safras e para investimentos. O Pronaf tem diversas modalidades que abrangem, praticamente, todas as necessidades de crédito dos agricultores familiares.

“O Plano Safra e o Pronaf 2012/2013 receberam esse volume recorde, o maior da história, porque o governo – além de acreditar na agricultura familiar e valorizá-la, constatou que esses agricultores estão investindo mais, estão comprando mais máquinas, mais equipamentos e estão melhorando a produtividade no campo. Por isso, precisam de mais recursos e investimentos”, salienta. Para ilustrar como a agricultura familiar é prioritária para o MDA e o governo da presidenta Dilma Rousseff, Laudemir

assinala que o Pronaf, quando foi criado, em 1996, contava com menos de R\$ 3 bilhões. “Ou seja, seis vezes menos que os recursos disponibilizados agora”, calcula o secretário.

Outro aspecto ressaltado por Laudemir é a carteira ativa de R\$ 32 bilhões do Pronaf, atualmente. “Todos os anos é feito um planejamento para a safra, mas os agricultores vão investindo, fazendo financiamentos, comprando equipamentos, melhorando as instalações, de tal modo que um investimento feito há dois ou três anos continua em andamento, sendo pago pelo agricultor. Então, conseguimos chegar a esses R\$ 32 bilhões, que compõem uma carteira ativa, de financiamentos abertos e contratados pelo Pronaf”, informa Laudemir Müller.

Uma das novidades do Plano Safra 2012/2013 é o aumento da renda de enquadramento dos agricultores familiares no Pronaf de R\$ 110 mil para R\$ 160 mil. “O aumento é um dos maiores já registrados. E o MDA fez isso porque é importante: os agricultores familiares estão melhorando de vida e, com isso, ficavam fora das linhas de crédito do Pronaf, já que a renda deles começou a ultrapassar os R\$ 110 mil. Com as novas medidas, o governo continua ajudando aqueles agricultores que estão melhorando de vida, ou seja, crescendo com o País”, assinala.

Para os financiamentos de custeio o limite do financiamento passou de R\$ 50 mil para R\$ 80 mil. Os juros para operações de custeio, de valor acima de R\$ 20 mil foram reduzidos de 4,5% ao ano para 4%. Nas outras linhas de custeio e investimento, as taxas variam de 0,5% a 3%.

#### Evolução do Pronaf

As contratações do Pronaf se destacam por apresentar crescimento sustentado ao longo dos anos. Em 1999/2000, o programa abrangia 3.403 municípios, passando para 4.539 municípios no ano seguinte, o que representou um aumento de 33% na cobertura, ou seja, a ampliação de mais de 1.100 municípios em um ano.

O aumento do número de municípios atendidos continuou em cada ano agrícola, sendo que em 2005/2006 houve a inserção de 1.960 municípios em relação a 1999/2000. Em 2007/2008, foram atendidos 5.379 municípios, crescimento de 58% em relação a 1999/2000, com a inserção de 1.976 municípios. Atualmente, mais de 90% dos municípios brasileiros são contemplados com o Pronaf.

---

#### **PGPAF de setembro assegura desconto para 14 produtos. Site do MDA. 11/09/2012**

No mês de setembro, 14 diferentes itens, além dos previstos na cesta de produtos, estarão incluídos no bônus para os financiamentos do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). A concessão de setembro atenderá os agricultores que cultivam açaí, babaçu, borracha natural, cará, castanha de caju, castanha do Brasil, cebola, laranja, leite, pequi, piaçava, sisal, sorgo e triticales.

A portaria foi publicada nesta terça-feira (11), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no Diário Oficial da União.

---

O produto com o maior bônus este mês é a borracha natural (extrativista), do estado do Acre, que obteve 54,99% de desconto. Em seguida, estão o babaçu (amêndoa) no Ceará, com 44,44%, e a borracha natural oriunda do Maranhão, com 41,18%.

A iniciativa garante às famílias agricultoras que acessaram as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) desconto no pagamento do financiamento, nos casos de baixa de preços de mercado. O bônus corresponde à diferença entre o preço de mercado e o valor de garantia do produto, tendo como referência o mês de agosto de 2012.

#### Cálculo

O bônus do PGPAF é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado pela Secretaria de Agricultura Familiar do MDA. A Conab faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF.

Nas operações de investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o bônus pode ser concedido bastando que um produto incluído no PGPAF seja gerador de, no mínimo, 35% da renda estimada pelo agricultor para o pagamento do financiamento. Os bônus das operações de custeio e investimento ficam limitados a R\$ 7 mil anuais por beneficiário do crédito rural.

---

O PGPAF abrange 49 produtos: abacaxi, açaí (fruto), algodão em caroço, alho, amendoim, arroz longo fino em casca, babaçu (amêndoa), banana, baru (fruto), batata, batata-doce, borracha natural cultivada (heveicultura), borracha natural extrativa, café arábica, café conilon, cana-de-açúcar, cará, carne de caprino, carne de ovino, castanha de caju, castanha do Brasil (com casca), cebola, feijão, girassol, inhame, juta (embonecada), laranja, leite, maçã, malva (embonecada), mamona em baga, manga, mangaba (fruto), maracujá, milho, pequi (fruto), piaçava (fibra), pimenta do reino, pó cerífero de carnaúba, raiz de mandioca, sisal, soja, sorgo, tomate, trigo, triticales, umbu (fruto), tangerina e uva.

---

#### **Acompanhamento técnico amplia acesso ao Microcrédito Rural em Sergipe. Site do MDA. 14/09/2012**

Nascido e criado na zona rural de Boquim/SE, município localizado no Território da Cidadania Sul Sergipano, a 80 km da capital Aracaju, o técnico em agropecuária Jeotônio Ferreira das Neves, 59 anos, sempre lidou com a realidade dos agricultores familiares do estado. Realidade que, muitas vezes, envolvia a falta de oportunidades e estrutura para o desenvolvimento sustentável da produção agrícola e da pecuária regional.

O cenário que poderia distanciá-lo do município acabou influenciando em sua escolha profissional. Há 36 anos, Ferreira, como é conhecido em Boquim, assiste aos agricultores familiares da região com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). A inspiração para a jornada nasceu quando ele ainda criança acompanhava os trabalhos dos pais na lavoura. “Sou de família de tradição agrícola. Meu pai, minha

mãe, todo mundo trabalhava na roça. Sempre vi o trabalho da assistência técnica que minha família recebia e me encantei com isso”, explica o técnico que hoje é coordenador da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro) em Boquim.

Em seu trabalho, Ferreira coordena os serviços de Ater para aproximadamente 400 famílias. Destas, cerca de cem são beneficiárias do Microcrédito Rural, a linha de crédito Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf B), coordenado pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA). A modalidade atende os produtores de baixa renda. “Essa linha de crédito é o carro chefe para os agricultores. É o começo de tudo”, define.

O contato com os agricultores é iniciado cedo, antes mesmo de eles receberem o crédito. Porque para solicitar o empréstimo o produtor precisa apresentar um projeto simplificado, onde especificará como pretende aplicar o recurso financiado. Nessa fase, Ferreira ouve os anseios e as pretensões dos agricultores e analisa a realidade das famílias e as condições oferecidas nas propriedades. A partir das informações coletadas, orienta a elaboração do projeto específico para cada família.

“Conhecemos agricultores que iniciaram com o Pronaf B e já saíram dessa linha de crédito porque conseguiram se desenvolver. É visível a mudança da situação financeira e social da família”, conta. A observação do técnico é reforçada com a previsão de um estudo realizado pelo Banco do Nordeste, que atesta a ascensão dos agricultores familiares e estima que cerca de 60 mil agricultores familiares do grupo B deverão acessar outras linhas de crédito do Pronaf até o primeiro semestre de 2013. “Já poderia até estar aposentado, mas ainda tenho muito a ser feito. Para mim, é como se fosse uma obrigação ajudar os agricultores”, completa Ferreira.

#### Acompanhamento técnico

Depois que os agricultores acessam o crédito no agente bancário, Ferreira os visita periodicamente para acompanhar o desenvolvimento da produção. Os agricultores contam ainda com as capacitações coletivas que são promovidas na região. Para deixar os encontros mais dinâmicos e didáticos, o técnico percorre as comunidades do município com cartazes, filmes e apresentações projetadas de um computador portátil. A rotina intensa acaba por ultrapassar as fronteiras do trabalho. “A gente passa a ser um integrante da família”, fala.

Para Ferreira, a realização de seu trabalho se completa quando ele constata o crescimento dos agricultores. “É gratificante. Porque ajudo a elevar o nível socioeconômico dos agricultores, do município como um todo.”

Foi o que ocorreu no caso do produtor de hortaliças José Luiz dos Santos Nascimento, 38 anos. Casado e pai de dois filhos – um menino de 11 anos e uma menina de cinco meses –, ele já recorreu ao financiamento do Microcrédito Rural duas vezes. Primeiro em 2008 e, depois, em 2010.

---

Com as orientações de Ferreira e o recurso do Microcrédito Rural, o agricultor estruturou e investiu em sua propriedade de uma tarefa, área equivalente a 0,3 hectare. Em um período de quatro anos, José e a família viram a vida mudar completamente. Até então empregado de outras propriedades, ele passou a contratar mão de obra para ajudá-lo na plantação, duplicou o tamanho de sua terra, reformou e ampliou a casa própria e, ainda, comprou uma moto para facilitar as entregas das hortaliças na cidade.

---

“Trabalho com a plantação de hortaliças há sete anos, mas quando comecei era bem devagar porque não tinha capital para investir. No começo, não conseguia nem plantar a metade da tarefa, hoje já sei que posso plantar a tarefa inteira que terei lucro. Agora, consigo pagar minhas dívidas e já estou até poupando para a faculdade do meu filho. Acho que não conseguiria sem o Pronaf B”, completa José Luiz, que quitará o segundo empréstimo em breve.

#### Dicas

Agricultor, confira três orientações para operações do Microcrédito Rural:

1º – Aplicação correta do crédito. É importante que o agricultor familiar mantenha o foco do projeto e aplique os recursos conforme planejado. “O sucesso depende totalmente da aplicação”, explica Jeotônio Ferreira.

2º – Conhecer a região. O produtor deve ficar atento e observar quais as culturas e criações que se adaptam melhor às condições climáticas e do solo de sua região. Também deve estar atento aos mercados e feiras do município, para que ele possa conhecer como é feita a comercialização do produto que pretende vender. “Ele deve pesquisar para ver se o que pretende vender terá saída no município”, informa Ferreira.

3º – Diversificação da atividade. O agricultor que deseja acessar o Pronaf B precisa planejar sua produção para enfrentar o período da entressafra. Para a região sul de Sergipe, área de atuação de Ferreira, ele recomenda aos produtores que cultivam laranja, por exemplo, que comecem a plantar verdura no verão. Segundo o técnico, isto garantirá a renda da família durante todos os meses do ano. “Além disso, a venda das verduras no verão é mais valorizada. Os produtos são vendidos com preço melhor, por causa da escassez”, diz.

---

#### **Atingidos pela estiagem na Região Sul já podem acessar crédito especial. Site do MDA. 14/09/2012**

Os agricultores familiares atingidos pela estiagem na Região Sul já podem acessar a linha de crédito especial para investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Banco do Brasil. Por meio desse agente financiador os agricultores terão acesso ao financiamento de até de R\$ 10 mil com a finalidade de reconstruir ou revitalizar as atividades produtivas geradoras de renda, implementar práticas de uso, manejo e conservação do solo e da água, implantar projetos de irrigação, formar e melhorar as pastagens e a produção e conservação de forragem destinada à alimentação animal. Tudo deverá ser feito com base em projeto técnico.

A linha especial de crédito, criada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para o enfrentamento da estiagem da Região Sul tem bônus de adimplência de 20%,

taxa de juros de 1% ao ano; e prazo de reembolso de até 10 anos, incluídos até três anos de carência, a ser estabelecido com base no cronograma físico-financeiro constante do projeto técnico. O Banco do Brasil tem R\$ 400 mil para a linha especial, o que permite estimar que mais de 40 mil famílias serão beneficiadas.

“O crédito emergencial permite a ação estruturante. O agricultor familiar que acessa essa linha tem a possibilidade de organizar sua propriedade, de estruturar sua produção, o que é fundamental até para enfrentar as futuras oscilações climáticas. É um recurso com subsídio e com ações de assistência técnica e extensão rural”, explica o secretário de Agricultura Familiar (SAF/MDA), Valter Bianchini.

Ater

Para ser beneficiado com o crédito especial, o agricultor deverá primeiro procurar a empresa de assistência técnica e extensão rural de seu município ou um técnico de sua confiança que está credenciado nos bancos para elaborar projetos de crédito. Será com a orientação do extensionista ou do técnico que ele desenvolverá o projeto, que especificará como o recurso do financiamento será aplicado. De posse do projeto e da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), o agricultor deverá se dirigir ao Banco do Brasil para solicitar a contratação do crédito.

Além do Banco do Brasil, o Bansicredi, o Banrisul, a Cresol Central, a Cresol Baser, o Bancoob/Sicoob e o BRDE irão operar a linha especial de crédito. A previsão é que esses bancos iniciem suas operações até o fim de setembro.

---

### **Agricultores familiares de São Paulo terão acesso a R\$ 970 milhões do Plano Safra. Site do MDA. 20/09/2012**

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) se prepara para realizar o anúncio de mais um Plano Safra 2012/2013 estadual. Desta vez, o evento será realizado em São Paulo com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas. No estado existem 72,3 mil famílias de agricultores rurais que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

A DAP é a identidade do agricultor familiar que permite o acesso a políticas públicas como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) que fazem parte do Plano Safra. Em São Paulo, o lançamento será realizado na próxima sexta-feira (21), no Seminário Santo Antônio, em Agudos, a partir das 10 horas.

A previsão de recursos do Plano Safra 2012/2013 para São Paulo é de R\$ 970,9 milhões. Desse total, R\$ 780 milhões referem-se ao Pronaf, que financia projetos individuais ou coletivos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Desse montante, os agricultores familiares poderão contar com R\$ 400 milhões para operações de custeio e R\$ 380 milhões para investimentos na aquisição de máquinas, equipamentos e infraestrutura.

O delegado federal do MDA em São Paulo, José Reinaldo Prates da Silva, destacou a importância do Plano Safra para os agricultores familiares paulistas, lembrando que o

estado, apesar de sua riqueza, ainda possui bolsões de pobreza e subdesenvolvimento regionais caracterizados, principalmente, por municípios de economia basicamente agrícola.

“O Plano Safra 2012/2013 tem suas diretrizes políticas focadas em medidas, como o fomento da produção; o desenvolvimento sustentável; a consolidação da Política Nacional de Ater; o fomento à infraestrutura regional e produtiva; e o crédito para investimento e custeio, com taxas de juros mais baratas. São ações que se articulam com questões de gênero e geração, e que promovem sustentabilidade socioambiental, educação e saúde”, salientou.

Em São Paulo, os agricultores familiares também serão beneficiados por outra novidade do Plano Safra 2012/2013 nacional — anunciado pelo governo federal em julho — a ampliação da capacidade de investimento do setor. O limite de renda bruta anual do agricultor familiar para acessar as linhas de crédito do Pronaf passou de R\$ 110 mil para R\$ 160 mil.

Já o limite de financiamento de custeio, que era de R\$ 50 mil, subiu para R\$ 80 mil. Cooperativas e agroindústrias também terão limites maiores para investimento: o valor passou de R\$ 10 milhões para R\$ 30 milhões. A agricultura familiar paulista pode contar, ainda, com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que, nesta safra, receberam um incremento do MDA de R\$ 10,1 milhões para alavancar e qualificar a produção.

Os programas de compras governamentais também foram ampliados no estado. O PAA tem disponível cerca de R\$ 6,4 milhões para aquisição da produção familiar. Uma novidade desta safra é a compra direta de produtos da agricultura familiar por estados e municípios, com as mesmas regras das compras federais. Para o Pnae, o governo federal vai destinar R\$ 174,3 milhões. E, a partir desta safra, o limite de venda de cada agricultor familiar sobe de R\$ 9 mil por ano para R\$ 20 mil.

“Os agricultores familiares tradicionais e da reforma agrária de São Paulo estão, a cada ano, mais articulados devido ao sucesso dessas políticas e ao fácil acesso a elas; por isso, os resultados alcançados são visíveis: onde tem produção de alimentos, tem satisfação e bem-estar social”, acrescenta o delegado do MDA, José Reinaldo.

#### A agricultura familiar em São Paulo

O número de estabelecimentos da agricultura familiar no estado de São Paulo, segundo o Censo Agropecuário 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chega a 151.015, o que corresponde a 66% dos estabelecimentos rurais do estado. Eles são responsáveis por 36% do pessoal ocupado no meio rural (328.177 pessoas) e 16% do Valor Bruto da Produção Agropecuária de São Paulo. A agricultura familiar responde por 41% da produção estadual de leite, 38% da mandioca e milho em grão, 36% das aves, 33% do arroz em casca, 29% de suínos e 26% do café.

Pela Lei 11.326/2006, o agricultor familiar é definido como aquele que pratica atividades ou empreendimentos no meio rural, em área de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra da própria família em suas atividades

econômicas. A lei abrange ainda silvicultores, quilombolas, aquicultores, extrativistas e pescadores.

No Brasil, a agricultura familiar conta com mais de 4,3 milhões de unidades produtivas, o que corresponde a 84% do número de estabelecimentos rurais do Brasil. Este segmento produtivo responde por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural (12,3 milhões de pessoas).

---

### **Pepe anuncia cerca de R\$ 1 bilhão para agricultura familiar paulista. Site do MDA. 21/09/2012**

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, lançou nesta sexta-feira (21) o Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013 para São Paulo. São mais de R\$ 970 milhões em crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e programas de comercialização. “O Plano Safra vem como aperfeiçoamento das políticas públicas para agricultura familiar”, explicou Pepe. A cerimônia de lançamento foi realizada no município de Agudos, a 350 quilômetros da capital paulista, e contou com a participação de políticos, representantes de movimentos sociais e trabalhadores rurais.

A medida vai beneficiar milhares de agricultores familiares paulistas. No estado existem 72,3 mil famílias com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) – documento que permite o acesso às políticas públicas voltadas para agricultura familiar. Boa parte dos recursos destinados a São Paulo, R\$ 780 milhões, está vinculada ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que financia projetos individuais ou coletivos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Para a trabalhadora rural Oleneide do Nascimento, o lançamento estadual do Plano Safra apresentou aos agricultores novidades nas políticas públicas voltadas para o setor. “Isso é muito importante. Fiquei muito feliz, por exemplo, em saber que vamos poder vender mais pelos programas de Alimentação Escolar (Pnae) e de Aquisição de Alimentos (PAA)”, comentou a moradora do município de Barra do Turvo (SP).

#### **Novidades**

Os programas de compras governamentais foram ampliados no estado. O PAA tem disponível R\$ 6,4 milhões para aquisição da produção familiar. E, a partir desta safra, estados e municípios também podem comprar alimentos diretamente dos agricultores familiares, com as mesmas regras das compras federais. Para o Pnae, o governo federal vai destinar R\$ 174,3 milhões para o estado. E o limite de venda de cada agricultor familiar sobe de R\$ 9 mil por ano para R\$ 20 mil.

O ministro Pepe informou que a partir do Plano Safra 2012/2013, o seguro Garantia-Safra poderá ser estendido para todo o País – para isso é preciso a adesão de estados, municípios e agricultores. Em São Paulo, assim como em todo o Brasil, os agricultores familiares também serão beneficiados por outra novidade: a ampliação da capacidade de investimento do setor. O limite de renda bruta anual do agricultor familiar para acessar as linhas de crédito do Pronaf passou de R\$ 110 mil para R\$ 160 mil.

Já o limite de financiamento de custeio, que era de R\$ 50 mil, subiu para R\$ 80 mil. Cooperativas e agroindústrias também terão limites maiores para investimento: o valor



passou de R\$ 10 milhões para R\$ 30 milhões. A agricultura familiar paulista pode contar, ainda, com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que, nesta safra, receberam um incremento do MDA de R\$ 10,1 milhões para alavancar e qualificar a produção.

#### A agricultura familiar no estado

O número de estabelecimentos da agricultura familiar em São Paulo, segundo o Censo Agropecuário 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chega a 151.015, o que corresponde a 66%. Eles são responsáveis por 36% do pessoal ocupado no meio rural (328.177 pessoas) e 16% do Valor Bruto da Produção Agropecuária de São Paulo. A agricultura familiar responde por 41% da produção estadual de leite, 38% da mandioca e milho em grão, 36% das aves, 33% do arroz em casca, 29% de suínos e 26% do café.

Pela Lei 11.326/2006, o agricultor familiar é definido como aquele que pratica atividades ou empreendimentos no meio rural, em área de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra da própria família em suas atividades econômicas. A lei abrange ainda silvicultores, quilombolas, aquicultores, extrativistas e pescadores.

No Brasil, a agricultura familiar conta com mais de 4,3 milhões de unidades produtivas, o que corresponde a 84% do número de estabelecimentos rurais do Brasil. Este segmento produtivo responde por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural (12,3 milhões de pessoas).

Plano Safra 2012/2013 para São Paulo em números:

Pronaf: R\$ 780 milhões

Ater: R\$ 10 milhões

Pnae: R\$ 174 milhões

PAA: R\$ 6,4 milhões

Total: R\$ 970 milhões

---

#### **DF recebe mais de R\$ 61 milhões do Plano Safra da Agricultura Familiar. Site do MDA. 25/09/2012**

A semana começa com uma boa notícia para os agricultores familiares do Distrito Federal. Nesta quarta-feira (26), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lança no DF o Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013. O anúncio significa a injeção de R\$ 61,8 milhões do governo federal para o segmento. Esta é a primeira vez que os brasilienses recebem os recursos do Plano, executado desde 2003 em âmbito nacional. O ministro Pepe Vargas participa da solenidade, na região administrativa de Brazlândia.

As ações do Plano Safra envolvem ampliação de crédito, de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e, também, o fortalecimento das políticas públicas para a juventude rural. Para as linhas de crédito de financiamento e custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foram destinados R\$ 50 milhões aos brasilienses, sendo metade do montante para cada modalidade (custeio e investimento). Outro benefício para a unidade federativa é o recurso viabilizado para Ater, no valor de R\$ 420 mil.

“Vamos fazer a convergência das ações do governo federal e estadual, buscando otimizar e qualificar políticas, recursos e ações. A agricultura daqui é grande produtora de hortifruti e leite e tem grande potencial para aumentar a produção”, destaca o coordenador de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA, Argileu Martins. Ele acrescenta que o acesso ao crédito colabora para a geração de renda das famílias e incentiva práticas sustentáveis de cultivo.

#### PAA e Pnae

Outra iniciativa atrelada ao Plano Safra 2012/2013 no Distrito Federal é o estímulo às compras governamentais. O incentivo vem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O ministério estima investimentos de R\$ 1 milhão no PAA e mais de R\$ 10 milhões no Pnae. Este último prevê que 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados à compra de merenda escolar para a rede pública de ensino sejam destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar.

#### Mais anúncios

Durante o lançamento do Plano para os brasilienses, haverá ainda a assinatura de um acordo de cooperação para a implementação do Plano Brasil Sem Miséria no meio rural. O MDA também fará a entrega de 21 veículos novos para a Emater-DF.

#### Agricultura familiar no Distrito Federal

O Distrito Federal possui 1.824 estabelecimentos da agricultura familiar. O dado é do último Censo Agropecuário do País, de 2006. Esse número corresponde a 46% do total dos estabelecimentos agropecuários no DF. O estudo indica ainda que 29% dos trabalhadores do meio rural, 6.481 pessoas, têm ocupação na agricultura familiar. O valor bruto da produção do setor equivale a 11% do total do que é produzido na agropecuária local.

Ainda segundo o Censo, a participação da agricultura familiar do DF tem destaque no cultivo da mandioca, na qual detém 43% da produção. Logo depois, está a produção de leite, com 17%, e a de café canephora (robusta, conilon), com 11%.

Pela Lei nº 11.326/2006, o agricultor familiar está definido como aquele que pratica atividades ou empreendimentos no meio rural, em área até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra da própria família em suas atividades econômicas. A lei abrange, também, silvicultores, aquicultores, extrativistas, quilombolas e pescadores.

## **Governo e movimentos sociais finalizam propostas de melhoria para o Crédito Fundiário. Site do MDA. 26/09/2012**

Os encontros do Grupo de Trabalho do Crédito Fundiário, terminaram na terça-feira (25), após reunir, durante dois meses, em Brasília, representantes dos ministérios de Desenvolvimento Agrário e Fazenda e dos Movimentos Sociais e Sindical - Contag, Fetraf-Brasil, PJR e MPA -, com o objetivo de construir propostas de aprimoramento e melhorias para o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Participaram do último dia de encontro o secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, João Rabelo, o secretário-executivo do MDA Laudemir Müller e o Secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Almeida. "O fim do GT do Crédito Fundiário não significa o fim do diálogo e nem do empenho que temos para melhorar as condições do PNCF", reforçou Almeida.

O secretário Laudemir Müller disse estar convencido da importância da política de Crédito Fundiário como forma de acesso à terra, principalmente para a juventude rural. Segundo ele, o objetivo do grupo, que era apontar as pendências e dificuldades do programa e elaborar propostas de aprimoramento, foi atingido. "O GT trouxe para a pauta de discussões todas as demandas e dificuldades que vêm sendo enfrentadas pelo programa e por seus beneficiários. As questões levantadas serão levadas às instâncias superiores de governo para negociação e deliberações", completou Müller.

### **Conquistas do GT**

Entre as propostas apresentadas pelo grupo, já aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), está o adiamento, em um ano, das parcelas de projetos de Crédito Fundiário (PNCF) de municípios que decretaram estado de emergência ou calamidade e o aprimoramento da Resolução 3.861, do Banco Central, que trata da prorrogação de operações do PNCF. Com o aprimoramento, será possível alongar as dívidas para além de 20 anos.

Outra proposição aprovada pelo GT, que ainda aguarda aprovação do CMN, é a prorrogação do prazo de adesão para renegociação dos contratos de financiamento inadimplentes do PNCF e Banco da Terra para março de 2013.

Rabelo ressaltou a importância do trabalho conjunto e o esforço dos movimentos e governo federal para ajudar o agricultor endividado a voltar à condição de adimplência.

### **Documento Final**

As demais mudanças apresentadas pelo GT, no sentido de aprimorar o Programa de Crédito Fundiário, como: revisão das taxas de juros e da resolução 4.029; ampliação de prazos e do teto de financiamento; criação de seguro para o PNCF; reformulação do crédito de investimento para produção; garantia de assistência técnica para os beneficiários; custas cartorárias; habitação rural e estabelecimento de indicadores de gestão para a operacionalização do programa, entre outras, serão contempladas no documento final do GT, a ser apresentado aos ministros do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e da Fazenda, Guido Mantega.

Na avaliação geral dos movimentos sociais, houve avanço nas discussões sobre o aprimoramento do PNCF, principalmente, ao que se refere à renegociação das dívidas.

Na opinião da Secretária de Política Agrária e Meio Ambiente da FETAG/PI, Francisca Gilberta de Carvalho (Caçula), as discussões feitas pelo grupo permitiram maior aprofundamento nas questões relativas ao Crédito Fundiário, favorecendo o trabalho da Federação junto aos agricultores do Piauí.

Leandro Noronha de Freitas, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), destacou que para aperfeiçoar o programa, é preciso melhorar as condições de pagamento da terra. “Nós achamos, sim, que temos que pagar pela terra, afinal é um bem que vai ficar pra nós e pros nosso filhos, mas queremos condições melhores para isso”, disse Freitas.

Para o Coordenador de Política Agrícola da Fetraf-Brasil, Alexandre Bergamin o Grupo de Trabalho uniu os movimentos e o governo em torno de uma proposta de melhoria do programa. “Avançamos em alguns pontos, como a renegociação das dívidas e apontamentos mas queremos avançar mais, principalmente os jovens, que é hoje o nosso grande foco”.

Paulo Mansan, da Pastoral da Juventude Rural, considera que as propostas elaboradas pelo GT - em especial a redução da taxa de juros, as medidas para incentivar a juventude e o rebate para os bons pagadores -, se aprovadas, serão avanços históricos.

---